

Penafiel nos combates pela liberdade (1809-1834)¹

Teresa Soeiro²

Sofia Fernandes³

Helena Bernardo⁴

Introdução

Esta breve reflexão incide sobre um dos períodos mais intensos e conturbados da história de Penafiel, e do país, os 25 anos que mediaram entre a ocupação da cidade pelo exército francês (1809) e a vitória liberal (1834). Quisemos perspectivar os eventos a partir de múltiplos olhares locais e auscultar o pulsar da comunidade perante tais desafios. Privilegiamos as fontes primárias, abrangendo tanto a documentação oficial produzida pelos poderes instituídos na área do município, como as memórias privadas de cidadãos. Completamos esta informação com outros testemunhos directos, mormente os relativos a momentos excepcionais, que responsáveis militares, por vezes estrangeiros, quiseram fazer públicos. Deixamos, com frequência, transparecer o expressivo discurso de época, recorrendo a citações. Procuramos sempre analisar a *pequena história* penafielense no respectivo enquadramento nacional.

1. As autoras não seguem o Acordo Ortográfico de 1990.

2. Professora aposentada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigadora do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória. Email: teresasoeiro@sapo.pt.

3. Arquivo Municipal de Penafiel. Investigadora do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória. Email: paula.sofia@cm-penafiel.pt.

4. Museu Municipal de Penafiel. Investigadora do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória. Email: helena.bernardo@cm-penafiel.pt.

1. Penafiel

A cidade está situada na estratégica estrada real que ligava o Porto a Trás-os-Montes e ao Alto Douro. Antes designada Arrifana de Sousa, consolidou a malha edificada e qualificou-se ao longo da Época Moderna, vencendo um prévio combate pela liberdade quando, após longa e aguerrida disputa, conseguiu ver-se livre da tutela portuense e autonomizar-se como concelho, pequeno é certo, mas com a sede elevada à categoria de vila (1741), tendo Juiz de Fora e Câmara. O patamar seguinte atingiu-o com mérito, mas sem empenho, uma vez que foram ditames da política régia a determinar a passagem a cidade (1770) para nela sediar um efémero bispado (1770-1778), em conjuntural afronta ao do Porto. A Câmara e a população, que tomaram conhecimento mais de dois meses após a promulgação do diploma, nem por isso deixaram de se mostrar gratas ao rei e se regozijar em manifestações públicas.

Mudado o nome para Penafiel, topónimo do castelo e julgado medieval, foi-lhe de imediato atribuído um amplo concelho que abrangia esse território, bem como outros pertencentes a senhorios laicos e eclesíásticos, os quais irão resistir a este inesperado poder municipal. Poucos anos volvidos, Penafiel passa também a sede de uma nova comarca, tomando posse o primeiro Corregedor em 1775. As funções político-administrativas que a cidade então teve de assumir fixaram elites e atraíram funcionários de carreira, enquanto o dinamismo do comércio estabelecido, as feiras anuais, a prestação de serviços e um leque diversificado de ofícios mecânicos faziam com que ganhasse destaque no espaço regional⁵.

Porém, a posição privilegiada que potenciou o crescimento de Penafiel tinha como reverso fazer da cidade um ponto de relevante interesse militar. A um dia de viagem do Porto, com núcleo urbano denso e dotado de estalagens, tornou-se preferida para o aboletamento de tropas, obrigação que tanto desagradava à população e esgotava os recursos. Acresce a condição de ser este o melhor caminho para chegar às estratégicas pontes de Amarante e Canaveses, passagens do Tâmega que franqueavam aos exércitos os interiores transmontano, duriense e beirão. Na Guerra Peninsular, durante a 2.^a invasão (1809), tanto Silveira como os corpos do exército de Soult fixaram aqui a sua logística para as investidas na área do Sousa, Tâmega e para além deste; durante a Guerra Civil, coube às

5. SOEIRO, 1993; BERNARDO, 2012.

forças realistas estabelecer na cidade e arredores a retaguarda das operações dirigidas ao Porto, sendo que ambos os contendores, a seu tempo, fizeram dela corredor de passagem e apoio aos combates no Interior Norte.

Tomaremos por guia nesta observação do sujeito colectivo António de Almeida (1767-1839), figura que entra na sociedade penafidense em 1791. Natural de Coimbra, e aí diplomado em Medicina, vem jovem para Penafiel iniciar o exercício da profissão como médico *do partido* e da Misericórdia; aqui casa, no seio de uma família bem posicionada, e desenvolve a sua actividade e investigação, publicada e inédita⁶.

O arquivo pessoal mostra um homem dos novos tempos, pelo método, a observação e registo, o cuidado em apresentar provas e também no escalpelizar dos contextos de produção dos documentos, sujeitos à manipulação e autocensura, como comenta, abalizando-se com Acúrcio das Neves:

Nas crises politicas occorridas neste Reino desde o anno de 1807 até ao presente tem Penafiel seguido a sorte das mais Cidades, e a historia destes acontecimentos desfigurada em alguns papeis publicos, e até em Documentos, mereceria ser exarada com imparcialidade; mas he mais prudente por ora calar couzas, que podem «fazer-me conhecer por experiencia os espinhos e perigos, de que he rodeado quem escreve a historia do seu tempo»⁷.

Observador participante, teve permanente intervenção na comunidade, quer na sua área profissional, quer como membro de instituições, postura que tanto lhe deu destaque como o expôs a vexames pessoais e perseguições, combate coroadado, já idoso, com a celebração da vitória liberal e subsequente eleição para a Câmara, da qual foi presidente em 1834.

A documentação municipal testemunha também, a par e passo, os eventos, aquilo que deles se quis registar para futuro e o que foi propositadamente delido, seguindo ordens centrais ou por opção local de cada parte em conflito, condenando e fazendo desaparecer a memória de actos que mutuamente reputavam vergonhosos para a comunidade. Alteridade em relação a esta é a característica dos testemunhos externos, nomeadamente dos combatentes

6. FERNANDES, 2017.

7. ALMEIDA, 1830: 71.

estrangeiros que tomaram parte nos episódios de guerra e nos deixaram as suas memórias.

2. Acontecimentos políticos e acções de guerra na cidade

No geral, aos penafidelenses agradava ter um corpo militar fixado na sua cidade, devidamente aquartelado, pois seria bom para a segurança e, em simultâneo, este aumento de residentes dinamizava o comércio e o consumo; também consideravam prestigiante haver militares a acompanhar os actos solenes e festivos com desfile e música, ou simplesmente vê-los exhibir-se para entretenimento do público.

As maiores queixas, prévias ao período considerado, dirigiam-se aos malefícios do recrutamento (tido como vexatório) de homens válidos para o trabalho nos ofícios e na lavoura⁸, potenciais chefes de família, daí as fugas e os subornos para substituições. Mais ainda, a população estava contra a obrigação de aboletar tropas em trânsito, desconhecidos que era preciso alimentar e alojar, mas cujo comportamento cívico deixava muitas vezes a desejar, pondo em risco bens, pessoas e a reputação dos elementos femininos do agregado. Com pouco mais de 500 fogos no dealbar do século XIX, acolher contingentes numerosos seria como que uma praga, e eles estavam constantemente a transitar por esta estrada e a fazer exigências.

A solução negociada pelos cidadãos foi, em diversos momentos, pagar do seu bolso o aboletamento nas estalagens dos militares que lhe cabiam em rateio ou o aluguer de casas devolutas para o mesmo fim, excepto se aqueles fossem de patente elevada. Mas essa quantia atingiu patamares exorbitantes quando o estado de prontidão se tornou quase permanente e as tropas não cessavam de se movimentar, pelo que a despesa passou a ser cobrada também no termo. Por exemplo, em 1815, face às ameaças e extorsões praticadas pelos soldados sobre quem não os recebia em casa, a Câmara fixa o valor a pagar às estalagens

8. Para minorar a situação, a Câmara é informada (22-07-1815) que o Príncipe mandara aos comandantes dos regimentos de linha «que dessem aos Lavradores das vezinhanças dos mesmos Corpos de Tropa o auxilio que lhe fosse possível, ministrando-lhes Partidos de Soldados para os trabalhos da Lavoura», devendo o lavrador pedi-los e ajustar o preço dos jornais. PT/AMPNF/CMPNF/DAJ/DAAOA/003/00013, fl. 6v.

— 100 réis na cidade e 80 réis no termo⁹; em 1820, há ainda pelo menos 24 casas recenseadas como ocupadas por militares ou destinadas a *quarteis da tropa*¹⁰; em 1823, as estalagens acumulam dívidas, os povos recusam-se a pagar e a autarquia considera que têm sido «munto vexados com aboletamentos da Tropa e em grande numero tem passado para a Provincia de Trás dos Montes bem como com os transportes que tem subministrado para o Exercito com detrimento da sua fazenda e incomodos pessuais»¹¹.

2.1. O ano dos *franceses*, 1809

Malgrado aqueles dissabores, tornados rotina, no cômputo final, a cidade e o concelho parecem não ter sofrido perdas excepcionais de vidas e património durante os 25 anos em observação. Porém, duas situações disruptivas constituíram forte sobressalto, acontecendo a primeira quando Soult decide manter o general Silveira afastado do Porto e manda avançar as suas tropas para tomarem as passagens do Tâmega, o que leva (31-03-1809) à ocupação de Penafiel¹². Testemunho directo, Naylies recorda como, abandonada pela população, à sua chegada:

*Un silence effrayant régnoit dans la ville [...] Les armes de la maison de Bragançe, placées sur les édifices publics, étoient couvertes d'un crêpe noir, et sembloient porter le deuil de la patrie. Toutes les habitations étoient ouvertes; les églises seules étoient fermées, comme si notre aspect en eût dû profaner la sainteté. Les comestibles, et tout qui pouvoit nous être utile, avoient été enlevés ou détruits*¹³.

A opção de evacuar e evitar confrontos directos pode ter poupado males maiores; os soldados montaram os seus bivaques nos dois extremos da urbe e foi aí e durante as deslocações que sofreram desgastantes ataques da milícia e das guerrilhas. A 12 de Abril, acossados, aprestam-se a deixá-la e então veio a surpresa: «Cette ville, dans la quelle nous n'avions vu personne pendant notre

9. PT/AMPNF/CMPNF/DAJ/DAAOA/003/00013, fl. 5v.

10. PT/AMPNF/CMPNF/A-1478.

11. PT/AMPNF/CMPNF/DAJ/DAAOA/003/00013, fl. 202v.

12. SOEIRO, 2010-2012: 500-527. A comarca de Penafiel, de formação recente, não constituiu Junta em 1808, ficando a organização militar desta área e da muito importante linha do Tâmega subordinada à Junta do Porto. CAPELA, MATOS, BORRALHEIRO, 2008: 85, 407-421.

13. NAYLIES, 1817: 102-103.

séjour, fut bientôt remplie d'habitants; ils paroisoient, comme par enchantement, aux fenêtres et sur les toits, lançant des pierres, des meubles, et tout ce qui se présente sous leurs mains.»¹⁴ Quando, em Junho, a Câmara volta a reunir e faz a avaliação de danos a reportar ao poder central, refere:

*tendo fugido precipitadamente todos os seus moradores, não só forão saqueados do pão, vinho, azeite e carnes de porco, generos da primeira necessidade, mas de outros consideraveis moveis, alfaias, e dinheiros, arruinando-se-lhes as janellas, e portas das cazas, quebrando-lhes e queimando-se-lhes mezas, cadeiras, leitos, barras, louças, e outros trastes*¹⁵.

A Santa Casa da Misericórdia queixa-se dos prejuízos no hospital e botica, onde roubaram as drogas e equipamento¹⁶.

Os registos paroquiais contam 121 pessoas enterradas nesta conjuntura de guerra¹⁷; a memória colectiva guardou cenas de pavor e bravura e reinventou os seus heróis, contribuindo o próprio Naylies para isso, ao inscrever no relato que nos deixou o elogio à extraordinária actuação de uma dama:

*Ils furent aussi joints par les admirateurs d'une dame des environs de Penafiel, célèbre par sa rare beauté. Méprisant le repos et la timidité naturelle à son sexe, cette fière Portugaise, l'épée à la main, le casque en tête, avoit, par ses exemples et ses discours, enflammé tous les esprits. Promettant aux uns les lauriers de la gloire et la reconnaissance de la patrie; flattant les autres d'un espoir que ses beaux yeux rendoient bien doux, elle voyoit marcher sous sa bannière plusieurs centaines d'hommes, qui la reconnoissoient pour leur chef. Je suis bien fâché d'avoir oublié le nom de cette amazone*¹⁸.

14. NAYLIES, 1817: 109.

15. PT/AMPNF/CMPNF/A-002/LV.06, 19 Junho 1809.

16. FERNANDES, 2016: 458-459.

17. SOUSA, 1990.

18. NAYLIES, 1817: 107-108.

2.2. Entre liberais e absolutistas (1820-1828)

Os anos seguintes decorrem sem perturbação de monta. A conspiração de 1817 e respectiva sentença não transparece nas actas, mas temos notas de António de Almeida: a 30 de Maio, regista que as tropas foram obrigadas a recolher ao quartel «por precaução pela conspiração que se diz se descobrira em Lisboa»; no dia seguinte, refere a passagem de um alferes sob prisão, por ser *membro da conspiração*; em 27 de Outubro, comenta a sentença, que, entre outros, levou à forca o mencionado alferes, José Ribeiro Pinto¹⁹.

Já em 1820, os comandantes do Batalhão de Caçadores, major Manuel Vaz Guedes, e do Regimento de Milícias, coronel Alexandre Alberto de Serpa Pinto serviram de elo de ligação à revolução iniciada no Porto, tendo sido convidados pelos responsáveis a aclamar o rei, as cortes e a constituição que estas fizessem, ao mesmo tempo «recomendando ao Chefe Inglês do Batalham se demita do emprego, e se recolha ao Porto, procurando aquelles Corpos militares conservar o socego, e boa ordem». No dia seguinte, 25 de Agosto:

*reunesse grande parte do Regimento de Milícias e pelas 5 horas da tarde unido ao Batalham na Praça das Chaans se dão as salvas pelo Batalham, lendose a Proclamação dos Comandantes da Força Armada, e prestandose o juramento com os Vivas do Rei, das Cortes, e Constituição. Chegada a noite, o Serpa manda a officialidade ponha luminarias, e nos Quarteis, e pelas ruas corre a Muzica do Batalham. Reina todo o socego na Cidade*²⁰.

Este juramento de *obediencia, e fedelidade* ao Supremo Governo Provisório do Reino é enviado à Câmara por Alexandre Serpa Pinto, lembrando a conveniência das autoridades locais o fazerem também, o que se verificou com solenidade a 26, sendo presentes Corregedor, Senado da Câmara, Vigário Geral, Nobreza e Povo, terminando a acta com uma lista de cerca de 50 subscritores. A 30, fizeram-no o Capitão-Mor das Ordenanças Joaquim Leite Pereira de Melo Alvim e os oficiais²¹. Na reunião de 11 de Outubro:

19. ALMEIDA, [s.d.]c.

20. ALMEIDA, [s.d.]c., 24 e 25 Agosto 1820.

21. PT/AMPNF/CMPNF/DAJ/DAAOA/003/00013, fls. 124-125v, 127.

se determinou que no dia vinte e dous de Outubro deste corrente anno se faça hua missa solemne com sermão e muzica e no fim Thé Deum Laudamos em ação de graças pella nossa felecidade e regeneração de Portugal, e se passe ordem para que toda a Nobreza, Procurador do Povo e Juizes dos Officios, Thesoreiro e Sindico e mais Justiças se apresentem no mesmo dia a nove horas da manhã nesta каза da camara de capa e volta com toda a decencia, e todos os moradores desta cidade porão luminarias tres noutes sucessivas²².

Gastaram-se 76\$755²³.

Terminada a festa, não houve mais tranquilidade. As novas ideias, a contra-revolução, a constante passagem de tropas e as intencionas militares, nomeadamente a do conde de Amarante e Gaspar Teixeira, mantinham em alvoroço a comunidade, também bastante exposta às flutuações da actividade económica. Esta fissuração, fruto de alinhamentos político-ideológicos cada vez mais marcados, norteará a escolha dos executivos municipais (como a dos Juizes de Fora e Corregedores²⁴ enviados pelo poder central), divide famílias tradicionais e gera solidariedades que vemos emergir nas eleições²⁵ e mais claramente em 1823.

A primeira *Câmara Constitucional* toma posse a 29 de Outubro de 1822²⁶, tendo como presidente Zeferino Máximo da Silva Pereira, figura cimeira do combate pelo liberalismo em Penafiel²⁷, e António de Almeida entre os vereadores. Segundo Arriaga, no mês de Fevereiro seguinte, aquando da revolta em Trás-os-Montes: «A Câmara constitucional de Penafiel tambem concorreu muitissimo para

22. PT/AMPNF/CMPNF/DAJ/DAAOA/003/00013, fl. 130.

23. PT/AMPNF/CMPNF/DAJ/DAAOA/003/00013, fl. 139v.

24. Ao Corregedor Bernardo Vieira da Mota «se lhe deo o lugar por acabado pelos motivos politicos nelle declarados; porém *Sua Magestade* cabalmente informado da sua conducta ilibada, e só arguida por pessoas malevolas, o tornou a admittir ao seu Serviço». O seguinte, Joaquim Manuel de Faria Salazar, foi enviado em Agosto de 1824, «a pedido do Juiz de Fóra para ver se occorria as turbulencias de partidos que occorrião na cidade fomentados pelo vereador Ignacio de Moura que tinha a vara de Juiz de Fóra, porém a sua conducta foi tal que obrigou o Ministerio a suspende-lo». ALMEIDA, 1830: 114.

25. Não há registos de recenseamento, nem significativas referências em acta de Câmara, mas ficou a nota da despesa, 2\$530 «de armar mesas par as elleiçoins das parochias, e da comarca, papel e livros para as ditas elleiçoins». PT/AMPNF/CMPNF/DAJ/DAAOA/003/00013, fl. 130.

26. PT/AMPNF/CMPNF/DAJ/DAAOA/003/00013, fls. 171v, 172.

27. Responsável pela Administração do Correio e do Partido dos Órfãos, vereador e presidente da Câmara em vários mandatos. Foi *retirado para o Porto* em Julho de 1823, regressou à sua actividade e ver-se-ia pronunciado (12-1829), preso (02-02-1830) e enviado para a cadeia da Relação (26-08-1831); foi sentenciado a três anos de reclusão na praça de Sagres e 100\$000, comutada em Janeiro seguinte para reclusão na vila de Outeiro (Bragança). PT/AMPNF/CMPNF/DAJ/DAAOA/003/00013, fl. 217; ALMEIDA, [s.d.]; VELOZO 1833: 111.

obstar à propagação do mal, proclamando, auxiliando todas as auctoridades, e desenvolvendo extraordinária energia na defeza das modernas instituições [...]. Immediatamente foi reunido o regimento de milicias, que tão uteis serviços prestou à causa da liberdade.»²⁸

Já em Abril, a discussão a propósito da formação da *Guarda Cívica* liberal seria acalorada²⁹ e logo a 4 de Junho, na sequência da Vila-Francada, verifica-se uma enorme pressa em aclamar D. João VI «Rey de Portugal com todos os poderes que tinha», não esperando pela decisão da capital do Norte³⁰, bem assim como a 30 de Agosto, ao «cassar, anular, e revogar as procurações e pudes que havião dado aos Deputados que forão eleitos para as desorganizadas Cortes hoje extintas de facto, assim como erão nullas de direito», reafirmando decisão anterior, com que:

*todos os Cidadãos de toda a classe ja unanimemente havião anulado, abolido, e mesmo abjurado aquellas procurações, a que involuntariamente havião assedido por efeito de ameaças, e terror, nem mesmo ditadas por elles chamados constituhintes, que nada mais fizerão do que assignar o aranzel da mesma procuração lavrada por elles constituídos; e porque naquella solemne aclamação não ocorreo cassar e abolir aquelles poderes, que os faciozos, e intruzos uzurpadores dos sagrados direitos d'ElRey Nosso Senhor, o Senhor Dom João Sexto, em que investido a sete secolos e herdado do céu, supozirão e quizerão atrebuir á nação*³¹.

Contudo, para os militantes realistas não era protagonismo suficiente este repúdio e requereram à Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça que a Câmara reescrevesse a acta de 4 de Julho, pois, diziam, a aclamação de Sua Majestade iniciara-se sem o apoio das autoridades; colhida informação, verificou-se que «aos mesmos suplicantes exclusivamente pertence a gloria daquelle dia», surgindo na acta seguinte os seus nomes «por serem os sobreditos os primeiros que exclusivamente, e sem cooperação alguma das authoridades militares, civis, e

28. ARRIAGA, 1889: vol. 4, 385.

29. PT/AMPNF/CMPNF/DAJ/DAAOA/003/00013, fls. 200-201; ARRIAGA, 1889: vol. 4, 408.

30. PT/AMPNF/CMPNF/DAJ/DAAOA/003/00013, fls. 206-208.

31. PT/AMPNF/CMPNF/DAJ/DAAOA/003/00013, fls. 221-221v.

eclesiásticas, então existentes promoverão a aclamação da independência de Sua Magestade, e de seus reais direitos»³².

Sopravam os ventos a seu favor, adversos aos *clamitozos constitucionaes*. Aliás, Penafiel enviara às Cortes ordinárias de 1822-1823 um deputado que ilustrou este comportamento dos opositores à constituição. Referimo-nos a António José da Silva Peixoto³³, natural de Urrô, magistrado sexagenário, que fez poucas intervenções, mas uma particularmente exaltada, a 24-12-1823. Levava-a escrita, o que incomodou a presidência, e combinada com o público das galerias; nela justificava a recusa de Carlota Joaquina em jurar a constituição, terminando com vivas à rainha e sinal para a pateada do público, procedimento considerado *indecente e subversivo*, pelo qual mereceu advertência formal³⁴.

O ano de 1826 trará os liberais à ribalta: a 22 de Julho, o Corregedor apresenta a Carta Constitucional, jurada na Câmara a 31, acto seguido pelo envio de felicitações a D. Pedro IV (14-08), garantindo que «os nossos nomes, Senhor, nunca andaram nas listas dos revolucionários, que arrependidos voltarão ao seu dever, pois que sempre trilhamos o caminho da honra»³⁵. Esta indirecta tem razão de ser, pois no cotejo das listas de subscritores dos mais relevantes documentos públicos destes anos, favoráveis a uma e outra posição, encontramos vários nomes repetidos.

Entretanto, cresce a agitação, redobra a passagem de tropas, bem documentada por António de Almeida, fogem para Trás-os-Montes os mais conhecidos realistas, aparecem afixados pasquins, proclamações dos rebeldes e o *decreto* de D. Miguel, removem-se os presos para o Porto e chega gente fugida; é neste ambiente que se preparam as eleições, sendo as primeiras listas afixadas à porta da matriz boicotadas pelo reitor, que exclui candidatos (situação resolvida pela comissão), e depois vandalizadas³⁶. Resultam na eleição para deputado do Juiz de Fora e do advogado penafidense Marcelino Máximo de Azevedo e Melo, que sai para as Cortes a 26 de Outubro e mantém o lugar até à dissolução, em Março de 1828.

32. PT/AMPNF/CMPNF/DAJ/DAAOA/003/00013, fls. 232-233.

33. CASTRO, *dir.*, 2002: vol. 2, 355-356. Foi igualmente eleito o bacharel em Leis José Teixeira de Sousa, de Penafiel, que fez poucas intervenções (CASTRO, *dir.*, 2002: vol. 2, 768). Vitorino José Cerveira Botelho do Amaral, bacharel em Leis, era 2.º substituto e não chegou a tomar assento (CASTRO, *dir.*, 2002: vol. 1, 93-94).

34. ARRIAGA, 1889: vol. 4, 274-277. É possível que exista ligação deste deputado ao Visconde de Balsemão, com residência na freguesia contígua (Coreixas, Irivo).

35. Acta violentamente riscada, até deixar lacunas no suporte, mas que fora impressa na «Gazeta de Lisboa». MELO, 1929: 14-15.

36. PT/AMPNF/CMPNF/DAJ/DAAOA/003/00013, fl. 300v.

Tornar-se-á importante figura nacional do liberalismo, par do reino e ministro, bem como destacado membro da maçonaria³⁷.

O muito precário equilíbrio político-social agrava-se desde «a clamitosa epocha da invasão dos rebeldes nas provincias limitrofes, e na maior parte desta»³⁸, que a 10 de Fevereiro de 1827 causa alarme na cidade por ter sido atingida a ponte de Canaveses. No mês de Julho ainda se festeja o aniversário da Infanta regente (4) e o do juramento da Carta (31). Porém, novo volte face ocorre em 1828, sobretudo após a «sublevação» de 16 de Maio no Porto e Aveiro, à qual o Regimento de Milícias de Penafiel, ainda comandado por Alexandre Serpa Pinto, vai aderir, enquanto activistas liberais se dirigem à cadeia para soltar os presos e sobem à secretaria da Câmara onde riscam o auto de aclamação de D. Miguel³⁹.

Esta última atitude foi mal recebida pela população, que havia ocorrido a esse acto público, realizado na Câmara a 27 de Abril, e o confirmara com mais de 200 assinaturas (10 femininas, no final) «declarandose que no dia vinte e sete da aclamação outras muntas pessoas desejavão assignar, mas talvez por excederem a quatro mil pessoas, e ter-se a proceder ao prestito pelas ruas publicas desta Cidade, *Te Deum*, e mais outros regozijos não deo lugar a tomarem-se»⁴⁰.

Assim sendo, por convicção ou prudência, os penafidelistas não se mostraram dispostos a secundar os revoltosos, nem nas outras cidades houve sucesso duradouro, pelo que rapidamente se fará sentir a repressão absolutista, tendo como corolário a fuga de liberais perseguidos, entre os quais se encontravam conhecidos penafidelistas, como o futuro Barão das Lajes, ou figuras públicas como o coronel Serpa Pinto, duas vezes capturado pelos realistas, a quem conseguiu escapar, fugindo ambos para Inglaterra, enquanto o segundo era pronunciado como ausente⁴¹, assim como vários oficiais do seu Regimento.

A mão pesada da alçada de devassa da rebelião, liderada em Penafiel por António Pereira do Lago como Juiz da Ordenação, só na cidade atingiu cerca de

37. ALMEIDA, [s.d.]; CASTRO, *dir.*, 2002: vol. 2, 155-156. Também fora eleito Manuel Alberto de Carvalho e Cunha Macedo, natural de Marecos, que faleceu três meses após tomar posse. CASTRO, *dir.*, 2002: vol. 2, 17-18.

38. PT/AMPNF/CMPNF/DAJ/DAAOA/003/00013, fl. 318.

39. MELO, 1929: 28-29.

40. PT/AMPNF/CMPNF/DAJ/DAAOA/003/00014, fl. 27v.

41. VELOZO, 1833: 148; MELO, 1929: 29.

90 pessoas (20 mulheres), segundo o mapa elaborado por António de Almeida⁴². Banidos dos empregos públicos e da Câmara, os liberais foram substituídos por indivíduos com *qualidades*, em que «soubresaihia munto a de ser hum verdadeiro realista e desedido por sua Magestade»⁴³; outro tanto se verificou na Misericórdia, de onde os liberais são expulsos no final de Março⁴⁴.

2.3. De novo a guerra (1832-1834)

Seguiram-se mais anos de perseguições, desavenças políticas e constante sobrecarga de trânsito e permanência de militares, até vermos Penafiel, em 1832, tornar-se efectivo palco de um combate da Guerra Civil. As reuniões de Câmara foram suspensas de 30 de Maio a 28 de Agosto, *pelas circunstancias que são bem notorias*⁴⁵, mas não explicitadas. A cidade estava sob o domínio militar das tropas miguelistas, comandadas pelo brigadeiro Cardoso; a 18 de Julho, 10 dias após o desembarque de Pampelido, dá-se a avançada liberal para o interior e o ataque vitorioso a Penafiel; porém, logo recebem ordem para a abandonar e se reunir o grosso das forças; no dia 23 trava-se a batalha de Ponte de Ferreira (Valongo) e os liberais concentram-se no Porto; a 24 é o general Santa Marta que reocupa Penafiel, continuando a usar a urbe e o concelho como retaguarda miguelista das operações do Cerco⁴⁶.

Deste ataque ficou-nos a *narrativa* vivida do coronel George Lloyd Hodges, comandante das forças estrangeiras e portuguesas às ordens de D. Pedro. No percurso até Penafiel, faz notar a indiferença dos camponeses que continuavam os trabalhos da lavoura. Mais para diante, Luz Soriano parafraseia:

recebeu algum fogo, feito pelos paisanos armados, que ora se agitavam, ora appareciam e desapareciam nas alturas e cristas das montanhas que orlam os mesmos valles [...]. Ao approximar-se de Penafiel, a resistencia tornou-se cada vez mais forte [...] teve de

42. ALMEIDA, [s.d.]a. Em parte coincidente com a listagem de: VELOZO, 1833. No total, teriam sido processados por motivos políticos — afinidade com a causa liberal — mais de cem penafidelenses, a que acrescem pelo menos cinco naturais do concelho presentes no sul do país. LIMA, 1967.

43. PT/AMPNF/CMPNF/DAJ/DAAOA/003/00014, fl. 46v.

44. PT/AMPNF/SCMP/A/B/A/001/01/Lv.04, fl. 169v.

45. PT/AMPNF/CMPNF/DAJ/DAAOA/003/00014, fl. 153v.

46. MELO, 1929: 62 ss.

*empregar a sua pouca cavallaria contra uma cortina de vedetas realistas, que se puseram logo em retirada sobre a sua linha principal*⁴⁷.

Na leitura de Hodges, «the situation of Penafiel is on a eminence, fronted by orchards, vineyards and a deep ravine»⁴⁸. Ao chegar ao sopé fez a avaliação da força inimiga:

*To the left of the town I saw a formidable line of at least two thousand men, regularly formed, their right touching a convent [Sto António dos Capuchos], wich seemed itself to be stongly garrisoned. Another convent [Recolhimento de N. Sra. da Conceição], nearly fronting the centre of the town, appeared also in a state of defense, while to the right, on a high ground, there was visible a disorganized mass of persons with mules and bullock-carts, in a state which showed a disposition to retreat. Towards the picturesque and wealthy convent of Bostello, a considerable force of Guerrillas was distinguishable*⁴⁹.

Distribuídos os objectivos e posicionada a artilharia para disparar sobre os Capuchos e a cidade, o ataque foi rápido; após meia hora já se ouviu a banda dos Voluntários da Rainha tocar o hino constitucional. Os realistas fugiram em desordem, com as bagagens, pela estrada de Amarante, sendo perseguidos; o convento foi incendiado, salvando-se apenas a igreja.

Entre os combatentes realistas, Hodges destaca a presença de sete frades, com mosquetes e cargas de munições, os homens das guerrilhas e muitas mulheres: «many women had been visible among them, sharing the hazards of the field. They proved themselves of material service in carrying off their wounded, and, in many instances, their dead also»⁵⁰.

E os demais habitantes? Esses, como em 1809, tinham-se retirado:

Of the somewhat numerous and wealthy population inhabiting Penafiel, only some twenty persons had remained behind. The rest had all abandoned the town at our first approach, after having closed and barricaded their houses. In spite of the fears which had

47. SORIANO, 1889: 704-705.

48. HODGES, 1833: vol. 2, 9.

49. HODGES, 1833: vol. 2, 10.

50. HODGES, 1833: vol. 2, 13.

*led to this flight, and these precautions, the strictest discipline was maintained among our troops, who proceeded to bivouac in the streets. One solitary house opened its doors to us, and served as quarters for myself and the others officers, and as a hospital for the sick and wounded*⁵¹.

Em Bustelo, os frades fugiram, menos um, já idoso, e o convento foi saqueado. Encontraram muitas provisões, a adega estava recheada de vinhos estrangeiros e outras dependências bem fornecidas, apenas faltando a água, o mais necessário após tanto esforço, porque os monges haviam propositadamente cortado as cordas dos poços.

Passara mais um momento de sério aperto para a população de Penafiel e redondezas, sendo o maior prejuízo a destruição do convento dos Capuchos (onde havia hospital militar desde o final de Maio de 1827), certamente já esperada atendendo à forma aguerrida como estes frades apoiaram os miguelistas, tendo-se oferecido o Guardião, em Janeiro de 1829, «para pegar em armas com toda a sua comunidade, mas ate de offerecer o Convento para quartel da tropa»⁵². No final da guerra (30-10-1834), a cidade foi compensada com a cedência régia das ruínas e cerca para aí erguer o novo hospital da Misericórdia, ao lado da igreja, e um cemitério, abolidas que estavam as ordens religiosas masculinas⁵³.

Reatando o fio à narrativa, as forças miguelistas reocuparam Penafiel em Julho de 1832, pouco depois do desaire sofrido, e aí se mantiveram até às investidas liberais de Agosto de 1833, comandadas a partir do Porto por Saldanha, que obrigaram o inimigo a recuar para aqui. Segundo Luz Soriano⁵⁴, «na madrugada do dia 3 de setembro sahiram do Porto tres columnas, uma em direcção a Penafiel, onde entrou sem disparar um só tiro, retirando-se o inimigo pela estrada de Amarante e Canavezes, abandonando todas as rações, que alli tinha, e o deposito de armamento, pertencente a quasi todos os corpos do exercito». Este depósito do «trem provisoriamente estabelecido na cidade por indicação da Real Junta da Fazenda dos Arsenais Reais do Exercito» estaria em Penafiel desde Novembro de 1832⁵⁵. Não temos outras notícias de confronto, que se irá desviar

51. HODGES, 1833: vol. 2, 16.

52. ALMEIDA, [s.d.].c.

53. MELO, 1929: 148-153.

54. SORIANO, 1849: 290.

55. PT/AMPNF/CMPNF/DAJ/DAAOA/003/00014, fl. 158v.

para a área de Santo Tirso, onde se instalara um forte acampamento, incendiado (25 e 26-03-1834) à aproximação das forças do barão do Pico do Celeiro, tendo o «brigadeiro José Cardoso levado consigo alguma força de Oliveira d’Azemeis para Penafiel, onde chegára no dia 27 [Março], quando as suas tropas, batidas em Santo Thyrso, entravam em Amarante»⁵⁶. Nesta região a guerra terminará dias depois, com a vitória liberal no combate do Alto da Lixa.

Consultados todos os Registos Paroquiais do concelho, entre 1823 e 1834, o balanço indica 75 mortos directamente relacionados com o conflito, 61 dos quais sepultados na freguesia de Penafiel, mas destes apenas um dela natural; ou seja, no total confirmam-se as mortes de 14 penafidelenses, originários de 9 freguesias, algumas ocorridas em terras distantes.

Na cadeia da cidade faleceram 28 presos. Porém, devemos ter em mente que pelo estabelecimento também passaram muitas pessoas de fora, como mostra o *Mappa* de António de Almeida⁵⁷. O mesmo sucedeu nos hospitais: no da Misericórdia, que tantas vezes disso se queixou⁵⁸, e no do convento dos Capuchos, tardiamente reforçados com outro hospital aberto no mosteiro de Paço de Sousa. O maior número de vítimas concentra-se em 1832 (23) e 1833 (30), anos de guerra.

Em jeito de conclusão

Afastado o conflito, novamente por convocação de Alexandre Serpa Pinto, agora Subprefeito interino das Comarcas de Penafiel e Amarante, a 7 de Abril de 1834 reúne nos paços do concelho a Câmara (Comissão Municipal), Nobreza, Clero e Povo e demais autoridades para ser «por todos Reconhecida Legítima Rainha Constitucional do Reino de Portugal e seus Domínios a Senhora Donna Maria Segunda, a quem protestão fiel obediência, bem como guardar e fazer guardar a Carta Constitucional, outorgada por Sua Magestade Imperial o Senhor Dom Pedro Quarto»⁵⁹.

56. SORIANO, 1849: 457.

57. ALMEIDA, [s.d.]b.

58. FERNANDES, 2016: 138-173.

59. PT/AMPNF/CMPNF/DAJ/DAAOA/003/00014a, fls. 2-2v.

O momento era de festa, como se o simbólico mastro e bandeira, colocados na praça central em 1826⁶⁰ para festejar a outorga da Carta, e o hino de D. Pedro cantado nas ruas pelas *senhoras* tivessem regressado, entre repique de sinos, luminárias, fogos de ar e missas solenes com o indispensável *Te Deum Laudamus*. Corria menos bem o destino dos realistas, com o seu rosário de queixas nas páginas do periódico «O Eco», que lhes era afecto e a partir do qual Ernesto de Melo construiu uma lista dos penafidelenses perseguidos após a derrota de 1834⁶¹. Este ambiente de conflituosidade persistiu na sociedade local, pelo menos até ao início da década de 1850⁶², alimentado por disputas ideológicas e ambições de poder e prestígio, a necessitar de aturada investigação.

60. Abatido a 07-04-1828 pelos realistas.

61. MELO, 1929: 139-145.

62. Não falta sequer a motivação extra de no concelho se ter gerado uma conhecida guerrilha miguelista, a do Tenente de Milhundos, e uma ainda mais famosa quadrilha, a liderada por José do Telhado, um ex-militar das tropas liberais, já pelos seus contemporâneos mitificado como personificação do *bandido honrado*.

Fontes e Bibliografia

Fontes

Arquivo Municipal de Penafiel

Caderno de autos da Câmara: Comissão Municipal Interina, 1834. PT/AMPNF/CMPNF/DAJ/DAAOA/003/00014a.

Livro(s) de registo das actas da Câmara. PT/AMPNF/CMPNF/DAJ/DAAOA/003/00012 (1803-1815), PT/AMPNF/CMPNF/DAJ/DAAOA/003/00013 (1815-1827), PT/AMPNF/CMPNF/DAJ/DAAOA/003/00014 (1827-1837).

Livro de Actas, termos e acórdãos e resoluções da Santa Casa da Misericórdia de Penafiel, 1778-1848. PT/AMPNF/SCMP/A/B/A/001/01/Lv.04.

Livro de registo geral, 1807-1825. PT/AMPNF/CMPNF/A-002/LV.06.

Livro do lançamento da décima, 1820. PT/AMPNF/CMPNF/A-1478.

Biblioteca Pública Municipal do Porto⁶³

ALMEIDA, António de [s.d.]a. *Mappa das pessoas rezidentes na Cidade de Penafiel que forão pronunciadas na Devaça da Rebelião*. Biblioteca Pública Municipal do Porto, Porto, Portugal. Ms. 1758[5].

ALMEIDA, António de [s.d.]b. *Mappa dos prezos politicos que fallecerão na Cadêa de Penafiel*. Biblioteca Pública Municipal do Porto, Porto, Portugal. Ms. 1758[4].

ALMEIDA, António de [s.d.]c. *Memorias de Penafiel*, [1816-1829 e 1835-1837]. Biblioteca Pública Municipal do Porto, Porto, Portugal. Ms. 1980.

Bibliografia

ALMEIDA, António de (1830). *Descrição historica e topografica da cidade de Penafiel*. «Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa». Lisboa: Na Typographia da mesma Academia, tomo X, parte II, pp. 1-180.

ARRIAGA, José d' (1886-1889). *História da revolução portuguesa de 1820*. Porto: Livraria Portuense. 4 vols.

BERNARDO, Helena (2012). *Do lugar de Arrifana de Sousa à cidade de Penafiel: Urbanismo e arquitetura (séculos XVI-XVIII)*. Porto: FLUP. Tese de mestrado.

63. Documentos do espólio de António de Almeida reproduzidos ao abrigo do contrato interadministrativo de cooperação entre os Municípios do Porto e de Penafiel.

- CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; BORRALHEIRO, Rogério (2008). *O Heróico Patriotismo das Províncias do Norte. Os concelhos na Restauração de Portugal de 1808*. Monção: Casa-Museu de Monção/UMinho.
- CASTRO, Zília Osório de, dir. (2002). *Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*. Lisboa: Assembleia da República. 2 vols.
- FERNANDES, Paula Sofia (2016). *O hospital e a botica da Misericórdia de Penafiel, 1600-1850*. Penafiel: Santa Casa da Misericórdia.
- FERNANDES, Paula Sofia (2017). *António de Almeida: de partidista a presidente da Câmara*. In ESTEVES, Alexandra et al., org. *Políticas sociais em perspetiva (séculos XVII-XIX)*. Braga: Lab2PT/UMinho, pp. 109-123.
- HODGES, G. Lloyd (1833). *Narrative of the expedition to Portugal in 1832, under the orders of his imperial majesty Dom Pedro, Duke of Braganza*. London: James Fraser. 2 vols.
- LIMA, Jorge Hugo Pires de (1967). *Processos políticos do reinado de D. Miguel: Sumários*. «Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra». 28.
- MELO, Ernesto de (1929). *Chamôrros e Carcundas (episódios das lutas liberais)*. Penafiel: Tipografia Minerva.
- NAYLIES, M. de (1817). *Mémoires sur la guerre d'Espagne pendant les années 1808, 1809, 1810 et 1811*. Paris: Chez Magimel, Anselin et Pochard.
- SOEIRO, Teresa (1993). *O Progresso também chegou a Penafiel. Resistência e mudança na cultura material*. Porto: FLUP. Tese de doutoramento.
- SOEIRO, Teresa (2010-2012). *Penafiel 1809: a cidade que os franceses viram*. «Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património». 9-11, 500-527.
- SORIANO, Simão José da Luz (1849). *Historia do Cerco do Porto*. Lisboa: Na Imprensa Nacional, vol. 2.
- SORIANO, Simão José da Luz (1889). *Historia do Cerco do Porto*. Porto: A. Leite Guimarães — Editor, vol. 1.
- SOUSA, António Gomes de (1990). *Penafidenses mortos pelos franceses em 1809*. Penafiel: Santa Casa da Misericórdia.
- VELOZO, Pedro da Fonseca Serrão (1833). *Collecção de listas, que contem os nomes das pessoas, que ficarão pronunciadas nas devassas*. Porto: Editor: Typ. de Viuva Alvares Ribeiro & Filho.